

# Mudanças no IPE Saúde causam polêmica no RS

Governo não detalhou proposta de reestruturação, mas informações sobre alterações nas alíquotas alimentam debates internos

FLAVIA BEMFICA

O governo do Estado prepara para março a apresentação da proposta de reestruturação do IPE Saúde, o sistema de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais (por vezes, também de parte de municipais), e tem tentado filtrar as informações que circulam tanto sobre as possibilidades em análise como sobre dados da autarquia. Internamente, contudo, o tema já está inflamando os debates. E a tendência é de que, quando chegar à Assembleia, em formato de projeto para promover as mudanças, gere muita polêmica. As controvérsias acontecem principalmente porque, desde pelo menos o mês de dezembro, o governo ventila a tese de que a reestruturação passará por revisão de alíquotas (hoje de 3,1%) para o todo ou para pelo menos uma fatia dos usuários (com corte por faixa etária, faixa salarial ou uso do sistema). Também são avaliadas possibilidades de cobrança para dependentes, ou

## 400

milhões de reais é o valor aproximado do déficit atual, segundo dados existentes.

parcela deles. Os dados existentes indicam que o chamado plano principal tem um déficit de aproximadamente R\$ 400 milhões/ano, com um índice de sinistralidade de 130%.

O índice de sinistralidade estabelece a relação entre o que os usuários dão de despesa e quanto pagam ao plano. Grosso modo, um índice de 100% significa que tudo o que é arrecadado é gasto. Superior a isso, há déficit. Entre planos privados, o índice ideal fica em 75%, e nunca deve passar de 85%. O argumento de lideranças do Executivo é conhecido: o de que, sem uma reestruturação, o IPE vai falir. Todas as partes envolvidas concordam que é necessá-

rio melhorar o sistema, aumentando as receitas, de forma a que ele não acumule déficits. Mas há divergências a respeito de como isto deva ser levado a cabo, alavancadas por uma ainda baixa transparência dos números e pela necessidade de incrementar mecanismos de controle, apesar das providências adotadas pela atual gestão.

**PAC E PAMES.** No déficit do plano principal, por exemplo, não estão contabilizados os números do Plano de Assistência Médica Complementar, o PAC (destinado a algumas classes de dependentes), e do Plano de Assistência Médica Suplementar, o Pames (que prevê internação hospitalar em classe privada), ambos superavitários. Também ficam de fora os resultados dos contratos com prefeituras, câmaras de vereadores e outros órgãos. Conforme dados do final de dezembro, os contratos abrangem 191.652 usuários, em um universo de 982.626 pessoas (9% da população do RS) atendidas pelo IPE Saúde.

## Pressão é interna, de servidores e entidades

No conselho de administração do IPE Saúde, a possibilidade de aumento de alíquotas em um contexto no qual há apenas compensação do crescimento vegetativo da folha de pagamento do funcionalismo, sem reajustes de fato, vem sendo rechaçada com intensidade por representantes dos segurados. Ao grupo, formalmente, ainda não chegou qualquer proposta sobre aumento de alíquotas. Nos debates, é recorrente o argumento de que, primeiro, é necessário que aconteçam os resultados da série de medidas de ajuste implementadas desde o ano passado. As ações foram divididas em três eixos (reestruturação da despesa, moder-

nização institucional e fortalecimento da receita), com execução prevista em cinco ciclos, ou etapas, que incluem desde as novas tabelas de medicamentos e diárias que acabaram com os sobrepreços até a revisão dos credenciamentos dos prestadores, passando por reconstruções de contratos globais.

O processo, contudo, está atrasado, e o IPE enfrenta pressões em sentidos diversos: de natureza política, dentro do próprio governo; de entidades de servidores, que temem uma "privatização" e defendem a busca de alternativas sem perdas financeiras para os segurados; e de entidades representativas de prestadores de servi-

ços, que solicitam urgência nas reconstruções e na atualização de valores, e sinalizam, de forma recorrente, com a suspensão de atendimentos. Na semana passada a Federação RS, que representa Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos, e a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do RS (Fehosul) enviaram ofício ao presidente do conselho de administração cobrando "céleres providências" para que sejam efetivadas as reconstruções "com todos os prestadores de serviços, garantindo um modelo remuneratório justo, com margem mínima de resultado operacional". Nesta quinta-feira o assunto será pauta da reunião do colegiado.

## Falta de transparência e erros são apontados

Além da complexidade da situação financeira, pesam sobre o IPE Saúde questionamentos sobre a transparência dos dados, o que também tende a "travar" reformulações envolvendo majoração nas contribuições. Em comunicado de auditoria datado de 27 de dezembro, a Controladoria e Auditoria Geral do Estado (Cage) concluiu que o instituto "precisa comunicar à população informações relevantes sobre fatos que impactam seu patrimônio, como é o caso das diversas dívidas cujo devedor é o próprio Estado."

Apontamentos tratam, entre outros pontos, das dívidas do Executivo com o IPE Saúde, como a conta relativa às contribuições incidentes sobre RPs e precatórios; da necessidade de maior controle sobre os chamados procedimentos gerenciados e sobre cobranças feitas por prestadores; e da inexistência de acompanhamento adequado sobre os imóveis do Fundo de Assistência à Saúde (FAS) transferidos ao governo do Estado.

Notas explicativas não estão publicizadas, mas apenas consoli-

dadas no Balanço Geral do Estado, "o que dificulta o acesso à informação pela sociedade, em efetivo prejuízo do controle social", conforme auditores. Há a recomendação para que seja mantido o registro contábil tempestivo das variações ocorridas ao longo do exercício, e que a contabilidade evidencie os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial. Os trabalhos da auditoria constantes no comunicado são referentes ao exercício de 2021 e ao período entre 2 de janeiro e 5 de outubro de 2022.



## TALINE OPPITZ

POR MAUREN XAVIER | INTERINA  
mxavier@correiodopovo.com.br

### Crise no IPE Saúde é desafio para Eduardo Leite

Apesar do novo governo de Eduardo Leite (PSDB) ainda não ter apresentado oficialmente uma proposta de reestruturação do IPE Saúde, a verdade é que, internamente, o assunto já gera discussões, como demonstrado pela reportagem da repórter Flavia Bemfica. E não seria para menos. As dificuldades do sistema de assistência à saúde ficaram em evidência no ano passado, diante de dívidas e de uma reação por parte dos prestadores de serviço. O assunto chegou à campanha eleitoral, mas diante de outros temas mais polêmicos, não recebeu o destaque necessário nos debates de propostas ao longo dos dois turnos. Desde que saiu vitorioso das urnas, no final de outubro do ano passado, obtendo a inédita reeleição, Leite já dizia que seria necessária uma reforma. Porém, efetivamente, os pilares dessa mudança seguem nos bastidores e geram ainda mais apreensão, abrindo espaço para polêmicas e críticas. O provável reajuste de alíquotas de contribuição não deverá ser recebido com bons olhos pelos usuários. Além disso, mostra-se fundamental para a discussão assertiva do assunto a transparência da real situação da entidade, assim como os pontos que podem ser aperfeiçoados. Com a posse na próxima semana da nova legislatura da Assembleia Legislativa, é possível que as cobranças ganhem mais corpo. O próprio líder do governo, Frederico Antunes (PP), já reconheceu que o assunto precisará de discussões. Em tempo: o governo Leite ainda articula a ampliação da sua base aliada no Legislativo gaúcho.

### MP Eleitoral pede cassação do deputado

O Ministério Público Eleitoral gaúcho entrou com uma representação em que pede a cassação do diploma do deputado estadual eleito Valdir Bonatto (PSDB) por abuso de poder. No documento, o procurador regional eleitoral, José Osmar Pumes, relata a utilização de servidores públicos da prefeitura de Viamão para a realização de serviços de militância junto à campanha de Bonatto, que é ex-prefeito. O processo tem a relatoria do juiz de direito José Vinícius Andrade Jappur, mas ainda não foi pautado para julgamento no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS). Procurado, o deputado estadual, que toma posse no próximo dia 31 de janeiro, afirmou não ter recebido nenhuma notificação judicial ou intimação. Sem acesso à denúncia, Bonatto disse não "poder oferecer o contraditório" e que aguarda ser notificado para se manifestar.

### Miola: é necessário recurso na educação

Diante das manifestações de autoridades sobre a importância da temática da educação, o conselheiro do TCE Cezar Miola ressalta a importância da garantia de recursos, conforme previsão na Constituição. "Garantindo mais recursos, cuidando da boa gestão e engajando as famílias será possível mudar nossa difícil realidade. Infelizmente, o quadro atual ainda mostra grandes déficits de aprendizagem, problemas na infraestrutura e conectividade das escolas e falhas nos programas de alimentação e de transporte escolar. Precisamos da união de esforços entre o Poder Público e a sociedade, sempre com a vigilância dos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas e o Ministério Público, e da imprensa", apontou.

### APARTES

■ Duas décadas depois, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, retornou a Porto Alegre para participar do Fórum Social Mundial. Em coletiva, na Assembleia Legislativa, ela se emocionou. Falou sobre os desafios estruturais e financeiros do ministério, que, segundo ela, sofreu desmonte, na gestão anterior. Ponderou que, há 20 anos, apresentou políticas públicas que tiveram reconhecimento internacional, e que agora a política ambiental é de fato "transversal".

■ **Antecipação. Prefeito de Taquari, André Brito anunciou ontem que pagará a primeira parcela do 13º no próximo dia 13 de fevereiro.**

■ Hoje completam-se 10 anos da tragédia da Boate Kiss, que ceifou 242 vidas e deixou mais de centenas feridas. E o poder público, em todas as esferas, tem a responsabilidade e obrigação de atuar para que isso nunca mais se repita.

Colaboraram Felipe Nabinger e Flávia Simões